



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 32-2/01** – Comarca de Igarassu  
**Embargantes:** Luiz Marcondes Duarte e outros  
**Embargada:** União Federal  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. FUNDAMENTOS SUFICIENTES AO DESLINDE DA CAUSA. OMISSÃO INOCORRENTE. EMBARGOS REJEITADOS, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

- 3527
1. Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento inserto no artigo 535, do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.
  2. Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, não há como prosperar o inconformismo do embargante.
  3. Não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, *in casu*, que o julgado promoveu a análise suficiente da questão central de desate da lide, relativa à incompetência absoluta do juízo sentenciante, hipótese ensejadora da rescisão prevista no art. 485, II, do Código de Processo Civil.
  4. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

14  
015

5. Ausência de verificação de qualquer das hipóteses autorizadoras dos Embargos de Declaração.
6. Embargos de Declaração rejeitados, à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 32-2/01, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 28/01/2010, unanimemente, em rejeitar os presentes embargos, nos termos dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento, que fazem parte integrante deste julgado.

Recife, 28/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



15  
016

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 32-2/01** – Comarca de Igarassu  
**Embargantes:** Luiz Marcondes Duarte e outros  
**Embargada:** União Federal  
**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Cuidam-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que julgou procedente a Ação Rescisória proposta pela ora embargada para rescindir sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Igarassu e determinar a remessa dos autos à Justiça Federal da 5ª Região para apreciação da Ação de Usucapião subjacente, em face da verificação da incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar a causa, condenando os réus ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor dado à causa na inicial.

Alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão embargado incorreu em omissão ao não analisar devidamente os documentos acostados aos autos pelos réus, os quais demonstrariam consistir o imóvel usucapido em terreno alodial, e não de marinha, pertencente à União Federal, bem assim porque não teria observado as regras constantes nos arts. 491, 492 e 493, do Código de Processo Civil.

Ao final, requerem sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios com efeitos infringentes para, suprimindo a omissão apontada, reformar integralmente a decisão embargada e inverter os ônus sucumbenciais.

É o relatório.

Recife 28/01/2002

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Embargos de Declaração nº 32-2/01** – Comarca de Igarassu  
**Embargantes:** Luiz Marcondes Duarte e outros  
**Embargada:** União Federal  
**Relator:** Des. José Ivo De Paula Guimarães

**VOTO**

Constituem os Embargos de Declaração recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes no provimento jurisdicional, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material, sendo admissível, em face de construção jurisprudencial, contra decisões em sentido amplo.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular a decisão ora fustigada.

Com efeito, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento, sendo acertado, por isso, afirmar, *in casu*, que o julgado promoveu a análise suficiente da questão central de desate da lide, relativa à incompetência absoluta do juízo sentenciante, hipótese ensejadora da rescisão prevista no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido está firmada a orientação da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. (AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO PARA O SÓCIO-GERENTE. ART. 135, III, DO CTN. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO FISCO DE VIOLAÇÃO À LEI. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 128 e 460 DO CPC. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ.) 1. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decum, não há como prosperar, porquanto inócurrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### OITAVA CÂMARA CÍVEL

face dos estreitos limites do art. 535 do CPC. [...] 8. **Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.** 9. Agravo regimental desprovido. 4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1101780/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 03/12/2009).

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA - ART. 149, V DO CTN - INEXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO E DE PAGAMENTO TOTAL DO CRÉDITO - CONTRADIÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA. 1. **Não ocorre ofensa ao art. 535, I e II, do CPC, se o acórdão decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide.** 2. Conforme jurisprudência majoritária do STJ, havendo pagamento parcial de tributo, o Fisco deve lançar a diferença no prazo previsto no art. 173, I, do CTN. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 1109556/PR, Rel. Min. Ellana Calmon, Segunda Turma, DJ 02/12/2009) - grifos nossos.

O mero descontentamento da parte não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração visando a modificação do julgado, excepcionalmente admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, de maneira clara e coesa, contudo contrária à pretensão da parte ora embargante, que, inconformada, utilizou os aclaratórios em desajuste com as hipóteses elencadas no art. 535, do CPC, com o nítido propósito de rediscutir o mérito da causa, desiderato vedado na estreita via integrativa dos aclaratórios.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, poderá valer-se de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame pretendido em sede de Embargos de declaração.

A propósito, confirmam-se os seguintes arestos do STJ:

PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA RECEBIDA POR PROCURADOR DIVERSO DO REPRESENTANTE NO FEITO - POSSIBILIDADE - ABANDONO DA CAUSA - APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO III E § 1º, DO CPC - EXTINÇÃO DO FEITO - AUSÊNCIA DE QUALQUER UM DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC - IMPOSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Despiciendo que a intimação se dê na pessoa do representante judicial atuante no feito já que a intimação não foi feita via remessa dos autos, hipótese prevista no parágrafo único do art.



18  
019

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

25 da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execuções Fiscais. 2. In casu, a intimação da Fazenda Pública deu-se na forma do caput do referido dispositivo legal, e recebida, pessoalmente, pelo Chefe do Gabinete da Procuradoria-Geral do Município. Assim inexistente qualquer nulidade a ser sanada quanto ao ato intimatório. **3. O embargante, inconformado, busca, com a oposição destes embargos declaratórios, ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.** 4. A inteligência do art. 535 do CPC é no sentido de que a contradição, omissão ou obscuridade, porventura existentes, só ocorre entre os termos do próprio acórdão, ou seja, entre a ementa e o voto, entre o voto e o relatório etc, o que não ocorreu no presente caso. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no REsp 1130484/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJ 07/12/2009).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 482 DA CLT. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO JULGADO. 1. **Consoante dispõe o art. 535 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a expungir do julgado eventuais omissão, obscuridade ou contradição, não se caracterizando, em regra, via própria à rediscussão do mérito da causa.** 2. O acórdão proferido pelo Tribunal a quo, com fundamento nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela não-evidência da autoria dos fatos imputados ao agravado e pela não-configuração dos tipos jurídicos trabalhistas previstos no art. 482 da CLT. 3. Neste contexto, sua reforma demandaria o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, a teor da Súmula 07/STJ. 4. Não demonstrando o embargante qualquer omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ou mesmo equívoco manifesto, capaz de ensejar a inversão do julgamento, não merecem acolhida os embargos. Precedentes. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no Ag 747529/RJ, Rel. Min. Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS), Terceira Turma, DJ 01/12/2009) - grifos nossos.

Logo, inócuo o manejo dos presentes aclaratórios com a intenção de suprir inexistente omissão do acórdão.

Feitas essas considerações, voto pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

É como voto.

Recife, 28/01/2010

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator